

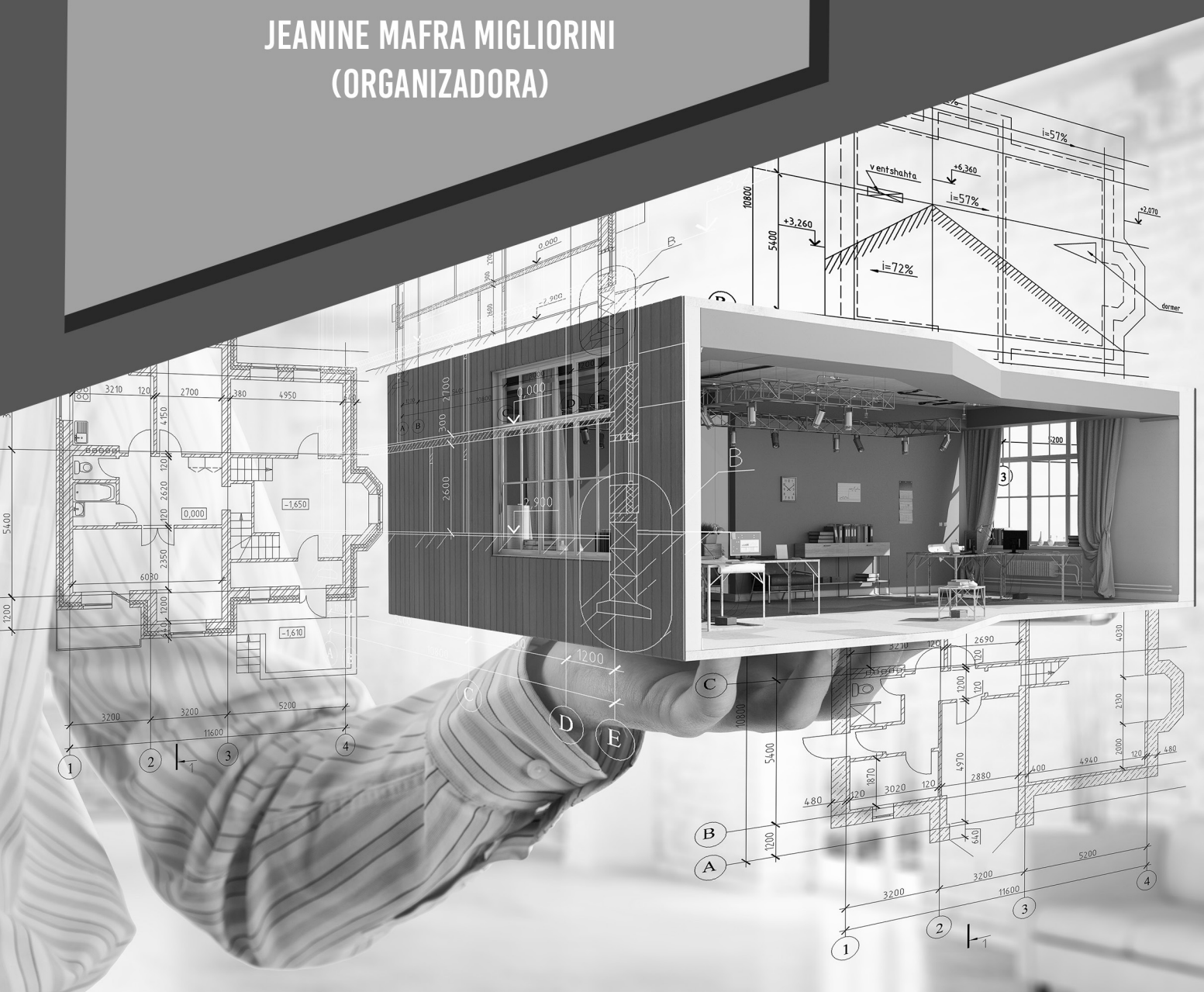
ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-196-1

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafrá Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA	
Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.9542024071	
CAPÍTULO 2	13
ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE	
Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.9542024072	
CAPÍTULO 3	30
EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO	
Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.9542024073	
CAPÍTULO 4	63
ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA	
Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas	
DOI 10.22533/at.ed.9542024074	
CAPÍTULO 5	88
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
trícia Caroline da Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9542024075	
CAPÍTULO 6	102
ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL	
Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9542024076	
CAPÍTULO 7	116
PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA	
Bruno Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9542024077	

CAPÍTULO 8	129
A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930	
Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.9542024078	
CAPÍTULO 9	145
PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950	
Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou	
DOI 10.22533/at.ed.9542024079	
CAPÍTULO 10	159
ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO	
Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin	
DOI 10.22533/at.ed.95420240710	
CAPÍTULO 11	175
MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO	
Leonardo Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240711	
CAPÍTULO 12	187
CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO?	
Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh	
DOI 10.22533/at.ed.95420240712	
CAPÍTULO 13	203
A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO	
Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95420240713	
CAPÍTULO 14	219
AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	
Juliana Viégas de Lima Valverde	
DOI 10.22533/at.ed.95420240714	
CAPÍTULO 15	233
ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo	
DOI 10.22533/at.ed.95420240715	

CAPÍTULO 16	267
MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE	
Mateus Marcarini Zon	
Larissa Leticia Andara Ramos	
Laura Lopes Akel	
Natália Brisa do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.95420240716	
CAPÍTULO 17	279
PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO	
Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.95420240717	
CAPÍTULO 18	296
GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO	
Andre Reis Balsini	
DOI 10.22533/at.ed.95420240718	
SOBRE A ORGANIZADORA	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950

Data de aceite: 05/07/2020

Data de Submissão:05/06/2020

Mirtha Pallarés-Torres

Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la
Universidad de Chile
Santiago, Chile

<https://orcid.org/0000-0003-3867-1187>

Maria Eugenia Pallarés-Torres

Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la
Universidad de Chile
Santiago, Chile

<https://orcid.org/0000-0001-6433-2854>

Jing Chang Lou

Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la
Universidad de Chile
Santiago, Chile

<https://orcid.org/0000-0002-8060-3180>

RESUMEN: Se analiza la localización de las edificaciones destinadas al culto religioso católico en el desarrollo y crecimiento de la ciudad del Santiago de Chile entre los años 1850 y 1950. La revisión considera la perspectiva histórica en la evolución de la ciudad y la relación de los fieles con el territorio urbano, identificando los patrones de localización y su efecto sobre el desarrollo de la ciudad, lectura que marcó la

acción de la Iglesia Católica como un agente urbano que se insertó en las formas de vida de los habitantes, dibujando la ciudad (Cisoc, 1999). Relación iglesia y ciudad que ha variado en el tiempo, definiendo nuevos patrones y relaciones en el espacio urbano, conservando el modo de producción e instalación, orientado a los objetivos de evangelizar de la iglesia y sus congregaciones, ajustado por la postura de los fieles sensibilizados por los cambios sociales y culturales propios del progreso y la evolución.

PALABRAS CLAVES: Patrones de localización, Trama urbana, Infraestructura religiosa católica

LOCATION AND INSTALLATION

PATTERNS OF CATHOLIC RELIGIOUS INFRASTRUCTURE IN SANTIAGO DE CHILE. 1850 - 1950

ABSTRACT: The location of buildings destined for Catholic religious worship in the development and growth of the city of Santiago de Chile between the years 1850 and 1950 is analyzed. The review considers the historical perspective on the evolution of the city and the relationship of the faithful with the urban territory, identifying the location patterns and their effect on the development of the city, reading that marked the

action of the Catholic Church as an urban agent that was inserted into the lifestyles of the inhabitants, drawing the city (Cisoc, 1999). Church and city relationship that has changed over time, defining new patterns and relationships in the urban space, preserving the mode of production and installation, oriented to the objectives of evangelizing the church and its congregations, adjusted by the position of the sensitized faithful for the social and cultural changes typical of progress and evolution

KEYWORDS: Location patterns, Urban layout, Catholic religious infrastructure

1 | INTRODUCCIÓN

La organización del espacio en la ciudad se relaciona con su origen y evoluciona en función de los procesos históricos acontecidos en los diferentes períodos de producción; es por ello que al percibir la expresión de ciudad de hoy, indudablemente se reconoce la relación con su gestación, incluyendo las variables de localización y de conveniencia, donde los objetivos de implantación están directamente relacionados con la razón de los asentamiento y sus órdenes, los cuales suelen responder a la intensión de un organismo gestor, como por ejemplo las razones de Estado, que conllevan a un determinado emplazamiento y planeamiento de los enclaves urbanos en el que adquieren relevancia los trazados y diseños, ajustados a las formas de poder que en los distintos escenarios se originaron. Es decir, el espacio entendido como un producto social, por ende, las significaciones que genera se relacionan con una determinada estructura social histórica o modo de producción (Lefebvre, 2003)

La comprensión espacial de la ciudad de Santiago como las razones que la llevaron a ser fundada forjaron un patrón de diseño que pudiendo ser similar a otras, es significativa y única en la particularidad (Pallarés, 2003). En ella se refleja un asentamiento que ha vivido distintas instancias de poder, donde inicialmente primó la dominación desde lo estratégico, pasando por lo político, económico, social, cultural y religioso, lo que ha permitido construirla en el tiempo y reconocerla en cada uno de los períodos de intervención, que la modificaron y condicionaron, llegando a convertirla en un collage de fuerzas capaces de materializarse en la expresión que presenta. Ciudad que se percibe y se vincula con sus orígenes y con las exigencias que el crecimiento impuso sobre el tejido fundacional en lo urbano y social.

En el ámbito urbanístico la localización de los lugares de culto de la religión católica fue significativa y relevó la impronta de la institución en la trama urbana, señalando la acción colonizadora de la evangelización, cuya presencia en el territorio fue un imperativo político, que en el tiempo migró hacia intereses que dependiendo de las circunstancias se transformaron en ejes conductores de la sociedad. La religión como categoría fundamental de la vida individual y social fue parte de las relaciones de poder de las formaciones sociales y de la identidad de las colectividades, dando cuenta a través de la localización

de sus templos de los objetivos y razones de su instalación, habitualmente tendiente a la evangelización o a la custodia y atención de los feligreses (Pallarés, 2015).

Durante el período de estudio en Santiago de Chile se produjeron una gran cantidad de edificaciones destinadas al culto de la religión católica, probablemente auspiciadas por la favorable condición económica del país, pero principalmente debido a la situación de la institución en una época de conflictos, demandó estrategias de posicionamiento entre las que indudablemente estuvo la construcción de edificios y distintas instalaciones destinadas a acoger necesidades y ocupar territorios. El espacio público cobró interés y se transformó en el motor de los cambios e identificaciones de la escala de la ciudad, estableciendo un nuevo modelo urbano, donde las distintas corrientes europeas se manifestaron en el hacer arquitectónico, cambiando la imagen tradicional colonial de la ciudad. Proceso que se apoyó en la estructura existente, densificando la manzana a través de su subdivisión o mayores alturas, situación que dio origen a nuevas concepciones espaciales, posibles de desarrollar al contar con medios materiales e intelectuales que lo facilitaron. Es en este contexto, se construyeron un número importante de edificios destinados a acoger la infraestructura religiosa católica, ubicándose en localizaciones estratégicas con edificaciones monumentales para la época. Para Gaete (1986) iglesias y ciudades evolucionan juntas, ya que tanto sus ideas como su organización pueden tener un rol importante respecto a la forma en que el hombre ocupa y moldea el paisaje.

2 | OBJETIVOS DE LA INVESTIGACIÓN

Descubrir las variables de localización e instalación que condicionaron la producción religiosa católica del período de estudio, a fin de explicar los patrones de implantación y la huella que dejaron en el desarrollo de la ciudad.

3 | METODOLOGÍA DE LA INVESTIGACIÓN

Investigación de carácter exploratorio que demandó recursos documentales y trabajo de campo. Para la realización del trabajo documental se recurrió a bibliografía de corriente principal y secundaria, como también a registros de instituciones públicas y privadas que permitieron evidenciar en forma parcial las producciones del período de estudio. Las fuentes más expeditas de información fue la empresa encargada del suministro sanitario, ya que la provisión del servicio que entrega está directamente condicionada por la localización y caracterización de la recepción, lo que exige de información y actualización permanente de uso y función, indagación de gran utilidad para la construcción de la historia de los sitios e instalaciones. En el caso de edificios que cuentan con una categorización de valor patrimonial, se pudo revisar la información que se encuentra disponible en el Consejo de Monumentos Nacionales, dependientes del Ministerio de Educación.

Las bases de datos de producción del período de estudio se construyeron desde registros públicos complementados con información de campo. Para visualizar la impronta sobre el territorio se usó un sistema de georreferenciación que permitió instalar sobre la planimetría las producciones.

4 | DISCUSIÓN Y RESULTADOS

Reflexionar acerca del lugar que ocupa en el espacio las edificaciones destinadas al culto católico en la ciudad de Santiago y las razones que llevaron a producirlas fue la inquietud que se intentó dilucidar, fundamentalmente porque la memoria de las ciudades son un conjunto de relaciones que se establecen en un espacio que el hombre acondiciona en el tiempo, siendo factible descubrir desde sus intervenciones, las cuestiones que las motivaron y la manera como las utilizaron.

Del estudio se desprende que la impronta de la instalación estuvo definida por acciones asistenciales y por la construcción de edificaciones que dieron identidad al permitir la individualización zonal, estrategia o casualidad, obviamente son muchas las respuestas, aunque con una sola evidencia, las edificaciones construidas por la iglesia católica fueron parte de la instalación fundadora de la ciudad, por lo que han estado presentes desde entonces, para luego y dependiendo de los tiempos asumir y recoger los cambios sociales, políticos y culturales, a fin de conservar el nivel de dominio que siempre han tenido y desde la perspectiva de la concepción espacial e impronta territorial. Son construcciones objetivas que aportaron significancia, imaginación, imaginarios, experiencias y utopías (Hidalgo, 2012), en el tiempo las tipologías edilicias variaron acomodándose a las circunstancias y a las sensibilidades, pero manteniendo presencia, e intentando abarcar todas las oportunidades de localización, y convocar a todos los potenciales usuarios.

La cobertura de la ocupación abarcó no sólo el territorio urbano, sino que también se anticipó instalándose en zonas rurales donde existía presión por cambio de uso, sirviendo como avanzada de consolidación del proceso de urbanización que se preveía y que orientaría los ejes de crecimiento de la ciudad.

La variación en la estrategia de sostenimiento del ministerio asociado a la impronta sobre el territorio estuvo condicionada por los sucesos que vivió la religión católica y que alteraron su proceso de evangelización. En este contexto la iglesia orientó la detección de potenciales fieles en la participación que le cupo en el período de independencia y posterior república, concentrando sus edificaciones en el casco histórico de la ciudad, para posteriormente en el siglo XIX proyectar su presencia a los espacios ocupados por la clase dirigente, tendencia modificada desde los albores del siglo XX a partir de la difusión de la Encíclica Rerum Novarum en 1891, que se conoció como doctrina social de la Iglesia (Hidalgo, 2012)

Inicialmente los elementos que definieron la trama urbana de la ciudad de Santiago estuvieron condicionados por la red de comunicación, además de las dimensiones y el tratamiento del espacio público, la división predial, la modalidad de implantación y la altura de construcción. La red de comunicación definida por el tejido ortogonal de calles con orientación norte - sur y oriente - poniente, con patrones geométricos de formas simples y regulares definieron manzanas cuadradas con un orden lineal riguroso, con la plaza como centro de poder, útil para la defensa militar y de fácil orientación. A partir de ella la ciudad creció y se construyó en la medida que las condiciones sociales y económicas lo permitieron, con un crecimiento urbano concéntrico que albergaba en los anillos más cercanos a la plaza a las familias nobles, más alejados se localizaban los grupos de menores recursos y en las afueras los pobres y desposeídos. El orden social se trasladó a una realidad física mediante un modelo que representó jerarquía división y raciocinio, que debía convertirse en un foco de irradiación para la región circundante, como las ondas concéntricas producidas al arrojar una piedra al agua y el beneficio que siente su alrededor en forma proporcional a la distancia que los separa (Guarda, 1968)

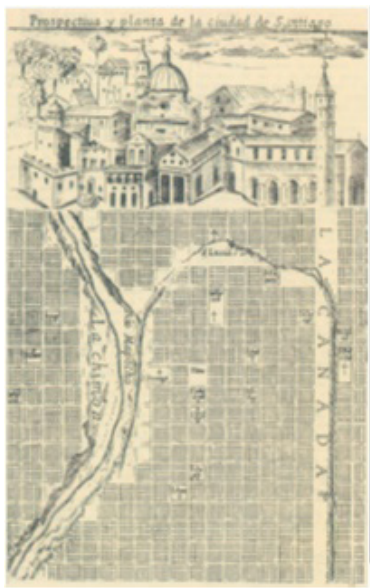


Figura 01: Prospectiva y planta de la ciudad de Santiago.

Fuente: A. de Ovalle 1646



Figura 02: Atlas cartográfico del Reino de Chile, siglos XVIII y XIX.

Fuente: Instituto Geográfico Militar de Chile

Situación que quedó reflejada en los mapas que marcan límites y definen territorios indicando pertenencia, e individualizando a su dueño y retratando lo que alguna vez existió en un determinado lugar de la ciudad, como forma y símbolo de una relación social integrada, donde la experiencia humana se transforma en signos visibles, símbolos, normas de conducta y sistemas de orden (Mumford, 1945) En este escenario, el espacio religioso católico tuvo un lugar preponderante que se manifestó en la cantidad y tamaño de los territorios que estaban en poder de los eclesiásticos, situación representada en

mapas como un recordatorio para la memoria que rebela los cambios que ha sufrido la ciudad de Santiago (Pallarés, 2018).

Los mapas dan cuenta de los logros que obtenía día a día la Corona, lo que se observa en el retrato de la ciudad realizado por diversos autores en distintos períodos, donde se observa la directa relación entre las estructuras fundamentales en las que se distribuía el poder y la organización de la sociedad. Se trata de representaciones del territorio correspondientes con la imagen de ciudad que quería proyectar cada autor, cuyas motivaciones no siempre coincidían, por lo que los resultados difieren, sin embargo, coinciden en que la localización de la iglesia está presente en todo el territorio, en el centro de la Capital, al otro lado de la cañada, al norte del río Mapocho y en el cerro Santa Lucía, desde donde se veía y dominaba la ciudad. La iglesia católica era la institución social más poderosa, no solo por el control que ejercía en la educación, la organización familiar y las costumbres, sino que también por su influencia en las esferas de gobierno, y la presencia que tenía en el territorio.

Con la Independencia y la llegada de la República se produjeron divisiones no solo en la esfera civil y gubernamental sino también en el ámbito religioso, que manifestaron sus discrepancias al modelo, las que repercutieron en la relación de la iglesia con la sociedad, disminuyendo su prestigio y llevándola a un período de crisis. La razón que fundamentaba la relación era el derecho unilateral a Patronato, que concedía un fuerte control del Estado sobre la Iglesia católica. Situación que provocó el distanciamiento de ambas instituciones, sin embargo, a partir de 1831 se produjo un acercamiento que se fundamentó con el ascenso al poder de los conservadores y por la promulgación de la Constitución de 1833, que establecía que la religión del Estado de Chile era la católica apostólica y romana, con exclusión del libre ejercicio público de otro culto. La unión tuvo como resultado una serie de beneficios para el clero, a cambio de imponer su obediencia y lealtad a la nueva realidad política, lo que resultó ventajoso para ambas instituciones, ya que el control que aplicaba la iglesia respecto de la moral y buenas costumbres resultó ser un apoyo en la implementación de políticas conservadoras y autoritarias.

Sin embargo y a pesar de que un porcentaje mayoritario de la población era católica y estaba de acuerdo con lo establecido, existían detractores conocidos como “anticlericales” que no compartían el predominio de la iglesia católica, rechazando y cuestionando su injerencia en temas de carácter político social y con una sociedad en progresiva secularización. Esto sumado a la presencia de colonias extranjeras con otros credos que no podían practicar, llevó al Estado a introducir una serie de excepciones en la legislación para acoger prácticas distintas al catolicismo conocidas como la ley interpretativa de 1865, que permitía el derecho privado de otros cultos admitiendo fundar y sostener escuelas privadas para educar a los hijos de personas que profesaban otros credos, además de las denominadas “leyes laicas” que incluyó la ley de cementerios laicos, la ley de matrimonio civil y la ley de registro civil, todas funciones a cargo de la iglesia que pasaban a manos

del Estado, reduciendo el poder eclesiástico y marcando la futura separación Iglesia - Estado, situación que se concretó oficialmente en la Constitución de 1925.

Con la instauración de la ciudad republicana el poder se mantuvo en la alta aristocracia y el desarrollo urbano se apoyó en la estructura existente a través de la densificación de la ciudad, con la subdivisión predial y el aumento en la altura de la edificación, la ciudad creció permitiendo la generación de distintos barrios, siendo determinante la acción del Estado que habilitó sectores a través de la construcción de obras públicas y la acción de particulares o grupos sociales que tenían el monopolio de tierras tanto urbanas como agrícolas. Ellos se dedicaron a crear empresas para subdividir las tierras que eran de su propiedad en solares de distintas dimensiones, para luego ponerlas a la venta. Loteos que se estructuraron siguiendo la traza horizontal en forma de damero del trazado del Santiago colonial, así con la adquisición de algunos predios rurales que colindaban con la ciudad permitiendo la creación de barrios que reportaron importantes utilidades a sus antiguos propietarios (De Ramón, 1985)



Figura 03: Iglesias de Barrios y patrones de localización.

Fuente: De los autores

Período caracterizado por un desarrollo desequilibrado que dividió a la ciudad en centros dominantes y periferias subordinadas, ocupación sectorizada mediante unidades básicas “Barrios” acordes a las familias que los habitaban, siendo reconocibles por localización y morfología, asociación importante que permite la unión de miembros de una misma clase, cofradía o comunidad local (Claval, 1982). Escenario que transformó a Santiago en una sumatoria de partes reconocibles que recogieron el desarrollo de distintas unidades urbanas, transformándose en lugares con identidad y reconocibles por morfología e hitos urbanos, lugares caracterizados por la presencia de templos católicos.

Los edificios de culto católico se localizaron en todo el territorio, extendiéndose en todas las zonas de ocupación residencial, y en ocasiones anticipándose a la densificación. Situación caracterizada en sus inicios por un proceso de desarrollo lento y progresivo, estructurado en base a manzanas residenciales de baja altura que cohabitaron con

edificaciones mayores en dimensión y altura, con programas de culto y prácticas religiosas, las que operaron como unidades distintivas en el lugar en que se implantaron, constituyéndose en los elementos de control y desarrollo de la periferia.

La ciudad creció y se desarrolló primero hacia el poniente, luego hacia el sur. En el área norte el río Mapocho se transformó en una barrera lo que implicó un crecimiento mayor en esa dirección. En sus márgenes, surgieron barriadas miserables, ocupadas por una población marginal, con migrantes del mundo rural o minero. Esta situación demandó de un plan de ordenamiento para la ciudad y la creación de límites para regular el crecimiento urbano. Medida que hizo efectiva el Intendente de la ciudad de Santiago Benjamín Vicuña Mackenna en 1872 a través del Camino de Cintura. Primer Plan Regulador que estableció un límite que bordeaba el centro de la ciudad por sus cuatro costados, fuera del cual se prohibía la construcción de calles y viviendas. Los bordes eran para acoger chacras y quintas con árboles que sirvieron para contener las infecciones.

La llegada e instalación de diversas órdenes religiosas destinadas a servir a una población más numerosa, generó nuevas relaciones de subdivisión y orden de la trama urbana y de la manzana, lo que estuvo directamente relacionado con el emplazamiento de la infraestructura religiosa, donde la variedad de localizaciones que la iglesia católica ocupó en la estructura urbana de la ciudad colonial, se complejizó y se transformó al acoger sobre la misma estructura a la institución Estado secularizado, evidenciando el paso de la ciudad colonial de los conventos, a la ciudad republicana de los edificios públicos; cambio cultural y social que se manifestó en la arquitectura, ciudad y paisaje, modificando el tejido urbano y haciéndolo cada vez más apto a las nuevas demandas sociales.

De la revisión de los registros del Arzobispado de Santiago se concluyó que en 1850 había diez y ocho edificios de culto católico, cinco de los cuales se localizaban en la periferia no desarrollada y correspondían a recintos asociados a congregaciones que desarrollaban el territorio con destino agrícola, o haciendas que contaban con un recinto destinado a la oración de los hacendados y sus trabajadores. Lo que evidenció que la incorporación de recintos destinados al culto con acceso público era sólo una parte de las propiedades de la Iglesia, existiendo también recintos privados en los que se podía ejercer el culto. Durante el período de estudio, no sólo la ciudad se extendió considerablemente, sino que fue significativa la producción de instalaciones destinadas al culto católico. A fines de 1950 había un total de ciento treinta y cinco templos, lo que significa que en el período se construyeron ciento diez y siete.

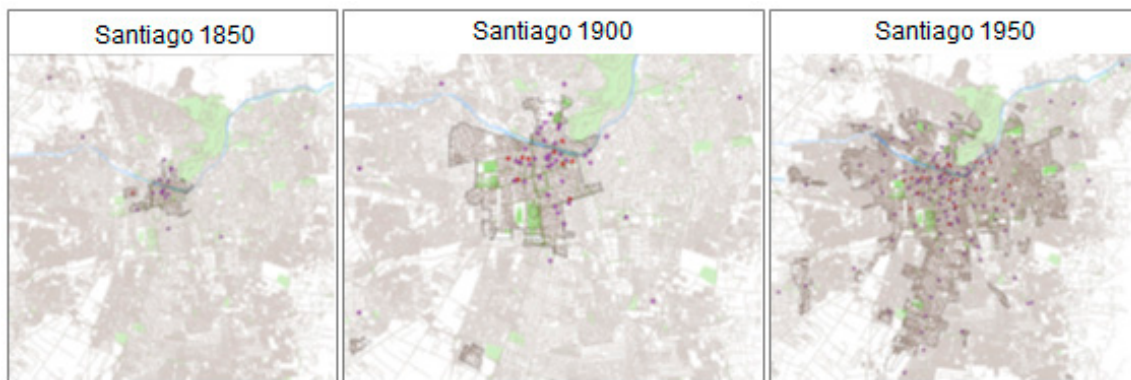


Figura 04: Crecimiento y localización de infraestructura religiosa católica. Santiago 1850 - 1950.

Fuente: De los autores

En la Figura 04 se observa que la infraestructura se localizó en el centro de la ciudad con una mayor concentración, en la periferia, al sur bordeando la cañada y al norte al otro lado del río Mapocho, en 1900 se produjo un aumento de la infraestructura conservando la lógica de distribución de la localización. Aumento que obedeció a la ocupación de espacios libres entre zonas pobladas, densificación de la trama y crecimiento en el sentido poniente, norte y sur. En 1950, último período del estudio, se observó un aumento de la infraestructura localizada principalmente en el triángulo fundacional y en menor número en la dirección de crecimiento de la ciudad.

Con respecto al tipo de infraestructura religiosa católica fue posible detectar conjuntos cuya complejidad varía según el dominio, que puede ser el episcopado o una orden religiosa. En el primer caso el programa comprende la iglesia precedida por una capilla provisoria y la casa parroquial que alberga la vivienda del sacerdote, oficinas y las dependencias de catequesis. En el caso de las órdenes religiosas el programa contempla el convento seguido de capilla o iglesia, la casa de ejercicios espirituales y la escuela de primeras letras. Con respecto a los casos estudiados:

1.- Capilla, Parroquia, Basílica: producción del episcopado, corresponde a casos localizados en zonas decrecimiento.

<p>Entre 1850 -1900. Zona Poniente</p> <p>Templo Gratitud Nacional. (1881 -1883)</p>		<p>Ermita erigida a comienzos de S. XVIII, localizada en la periferia poniente, para sanear zona de pobres y desposeídos en terrenos cedidos por la Congregación Mercedaria. En 1883 consolidada la zona urbana se construyó en el mismo emplazamiento la Iglesia de la Gratitud Nacional. Templo que conmemoró el triunfo en la guerra del Pacífico. Fue financiada con aportes del Estado y de particulares.</p>
--	---	--

<p>Entre 1850 – 1900. Zona Poniente</p> <p>Parroquia San Saturnino (1888)</p>		<p>Debido al crecimiento y desarrollo del sector poniente según decreto firmado por el arzobispo Don José Alejo Eyzaguirre, el 25/08/1844, se ordenó la construcción de la Parroquia de San Saturnino, levantándose en la actual ubicación una capilla de madera y adobe. En 1887 fue reemplazada por la construcción actual debido al fuerte crecimiento demográfico y a la situación económica de bonanza del país. Financiación Estatal</p>
<p>Entre 1850 -1900. Zona Norte</p> <p>Parroquia Santa Filomena (1892)</p>		<p>Templo ubicado en el sector nor-poniente del río Mapocho, conocido como la Chimba. Lugar que se caracteriza desde sus orígenes por el bajo valor de los terrenos y por su ubicación estratégica, fundamentada en la cercanía con el centro. Su materialización fue producto de numerosas acciones de beneficencia inspiradas en la encíclica Rerum Novarum del Papa León XIII y la labor del presbítero Ruperto Marchant Pereira.</p>
<p>Entre 1900 – 1950. Zona Sur</p> <p>Basílica Del Perpetuo Socorro. (1904).</p>		<p>Templo ubicado en el sector sur en terrenos pertenecientes a la familia Ugarte-Fernández. Su gestación obedece a la llegada de la locomotora en 1860 a Santiago, el sector se transformó, viéndose afectados todos los terrenos vecinos a la línea del tren. Bajo estas circunstancias en 1861 la familia Ugarte Fernández vendió parte de sus terrenos y donó el resto a la orden misionera Redentorista para la construcción del templo en que más tarde se convertiría en Basílica, 1926.</p>

Tabla 01: Templos católicos del Episcopado.

Fuente: De los autores

La localización de la infraestructura religiosa católica como capillas y parroquias estaba fundamentada en la consolidación de zonas urbanas, independientemente si estas se encontraban ubicadas en el centro de la ciudad o en la periferia. Cada población consolidada contaba con un lugar de culto, incrementándose el número de capillas y parroquias al aumentar la población. Desde tiempos de la Colonia y hasta 1925 en que se inició la intervención del Estado, para la construcción de capillas o parroquias la iglesia adquiría terrenos a privados o recibía donaciones.

2.- Infraestructura Orden Religiosa. Se seleccionaron cuatro casos de estudio entre 1850 y 1950. Los elegidos corresponden a los ámbitos de salud, educación y casas de acogida, donde la iglesia católica a través de las órdenes religiosas tuvo una destacada participación.




<p>Entre 1850 -1900.</p> <p>Capilla Hospital San Borja. (1872)</p>		<p>Capilla San Borja. Perteneciente al primer hospital para mujeres y construida con aportes del Estado y de la beneficencia. A cargo de la Orden de las Hermanas de la Caridad, fundada por San Vicente de Paul y Santa Luisa de Marillac para la asistencia benéfica en hospitales asilos y hospicios.</p>
<p>Entre 1850 – 1900.</p> <p>Iglesia del Santísimo Sacramento. (1891)</p>		<p>Conjunto formado por el monasterio, la escuela de internas y la iglesia como elemento central. Ubicado en el sector sur de la ciudad en el límite establecido por la ciudad propia y la bárbara. Localización enmarcada en la subdivisión de quintas dado por el crecimiento de la ciudad, lo que llevó al Estado junto a familias prestigiosas a gestionar la transformación del entorno urbano</p>
<p>Entre 1850 -1900.</p> <p>Iglesia Casa de María (1878)</p>		<p>La iglesia forma parte de un conjunto que alberga colegio y convento, El terreno fue donado por el pintor Alejandro Cicarelli y su esposa Rosa Vilches, para trasladar a la Casa de María a niñas de escasos recursos y en situación irregular las que acoge, educa y forma en la religión</p>
<p>Entre 1900 – 1950.</p> <p>Iglesia Monjas Españolas. (1924).</p>		<p>La Iglesia forma parte del colegio particular Universitario Ingles a cargo de las Esclavas del Corazón de Jesús. Ubicada al nor-oriente de la ciudad junto al río Mapocho. Localización elegida debido a la falta de infraestructura educacional en barrios periféricos de mayores ingresos generados por el crecimiento de la ciudad.</p>

Tabla 02: Templos católicos de Órdenes religiosas. Fuente: De los autores

La infraestructura religiosa católica se localizó mayoritariamente en la periferia de la ciudad debido a que el servicio más importante que prestaba era la beneficencia que era demandada por los sectores más vulnerables. En el caso del Colegio Universitario Ingles la razón fue la necesidad de atender a nuevas poblaciones que habían emigrado desde el centro de la ciudad a la zona oriente. La importancia de la localización periférica se relaciona con la influencia que la iglesia ejercía sobre la población y la oportunidad

otorgada por el Estado

Iglesia Santísimo Sacramento		Iglesia del Colegio Hispano Americano	
			
<p>Iglesias ubicadas al sur de la ciudad, en el área de los extramuros. La construcción obedeció a la donación de terrenos que hizo Don Pedro Fernández Concha, propietario de la Chacra del Carmen que subdividió y vendió parte de la propiedad. Durante la construcción se generó una rápida urbanización de los terrenos aledaños. Respecto de los edificios, es importante destacar la altura y configuración que permite el reconocimiento visual del conjunto desde lejanas posiciones, logrando una identificación del sector a consecuencia de la edificación</p>			

Tabla 03: Templos extramuros. Fuente: De los autores

Actualmente, la imagen que entrega la ciudad de Santiago es la de una capital moderna que al igual que la sociedad se encuentra segregada, lo que se evidencia a través de su construcción en el tiempo, con un crecimiento urbano y una geografía modeladora, que proyecta una ciudad que revela las diferencias de la sociedad que le dan especificidad, estableciendo un orden espacial, siendo quizás uno de los más influyentes la iglesia católica por la ocupación estratégica que hace de los territorios, instalándose en zonas consolidadas y en zonas de potencial crecimiento, lo que orienta futuras expansiones que identitariamente reconocerán a las edificaciones religiosas como símbolos barriales.

5 | CONCLUSIONES

El desarrollo del suelo se produjo en función de las necesidades, por lo que las cesiones de predios que realizaba el Cabildo geográficamente se localizaban desde el centro fundacional hacia los bordes, por lo que durante varias décadas las nuevas instalaciones religiosas estuvieron en los límites de crecimiento, incluso superando las barreras más relevantes del territorio que eran el Río Mapocho por el norte, la Cañada por el sur, el encuentro de ambos accidentes geográficos por el oriente, mientras que al poniente la principal barrera era el suelo agrícola. La transferencia de terrenos estuvo destinada a resolver las necesidades de desarrollo del Arzobispado y de instalación de las órdenes religiosas, que llegaron al país invitadas por la Iglesia y por los encargados de gobierno, que vieron en estas organizaciones una importante fuente de recursos para la evangelización, como también para asumir las tareas formativas, de acogida y de sanidad,

además de otras necesidades de un Estado en desarrollo.

Las características de localización de los templos fueron diversas y aparentemente estuvieron condicionadas por intenciones, disponibilidad de recursos y oportunidad, especialmente aquéllas que se relacionaban con la necesidad de instalar presencia territorial, circunstancia que transversalmente afectó a instancias públicas y privadas, como también a institucionales y particulares. La mayor concentración de producciones se observó en la zona comprendida entre el límite del sector fundacional y el camino de cintura diseñado por Benjamín Vicuña Mackenna en 1872, correspondió a zonas en desarrollo durante el período de estudio, por lo que resultó evidente que la ocupación fue por oportunidad y disponibilidad, provocando que desde la frontera pública se produjeran edificaciones de gran magnitud e importante convocatoria destinadas a albergar ceremonias de carácter nacional o ciudadano y otras destinadas a acoger a pequeños grupos, siendo transversal el uso de la localización como medio para el mejoramiento del sector, asumiendo que la construcción de un recinto de carácter religioso beneficiaría la vecindad al crear un lugar de uso público y dotar de una impronta edilicia.

En síntesis, la implantación de los edificios de culto de la iglesia católica en el desarrollo urbano de Santiago delineó la trama urbana, actuando como componente de la conformación de la ciudad, marcó el inicio de zonas en desarrollo e intervino como medio de integración en la forma de vida de los habitantes. Las edificaciones religiosas fueron unidades distintivas en los sectores en que se localizaron, tanto por emplazamiento estratégico como por morfología definida por torres y campanarios, que visual y auditivamente establecieron presencia, transformándose en elementos de control y desarrollo de la periferia y borde de la ciudad.

REFERENCIAS

CLAVAL, Paul. **Espacio y poder**. Traducción Martínez Hugo, México, 1982.

DE RAMON, Armando. Estudio de una periferia urbana: Santiago de Chile 1850 -1900, en: **Historia N°20**. Santiago, 1985.

GAETE, A. Iglesias y ciudades evolucionan juntas, **Revista de Geografía Norte Grande**, 13: 59-67 (1986)

GUARDA, Gabriel. La ciudad chilena del siglo XVIII, **Centro editor de América Latina**, Buenos Aires, 1968.

HIDALGO, R. et al. Localización de la infraestructura católica, dinámicas socio territoriales y geografía de las religiones: el caso del Área Metropolitana de Santiago de Chile. **EURE (Santiago)**, Stgo, v. 38, n. 115, p. 47-72, sept. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Ed. Capitán Swing Libros, 2003.

MUMFORD, L, **La cultura de las ciudades**, Ed. Emecé, Buenos Aires, 1945.

PALLARES, Mirtha. **Patrones Geométricos en la imagen de la ciudad de Santiago. Investigación**

Tutelada. U.P.M. Madrid, 2003.

PALLARES, Mirtha. **La arquitectura religiosa católica en Santiago de Chile 1850 - 1950:** Razones de las reminiscencias góticas. Tesis Doctoral - Universidad Politécnica de Madrid. Madrid, 2015.

PALLARES, Mirtha. **Templos Católicos Neogóticos. Santiago de Chile 1850 - 1950.** Santiago: Editorial Universitaria, 2018

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

F

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

G

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

H

História Urbana 176

I

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

L

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

M

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

O

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

P

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294
Processamento de Imagens 13
Processo de Projeto 233, 234, 260
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

Q

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

R

Reconversão 187, 191
Resiliência Urbana 116, 118, 123

S

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125
Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

T

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

U

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309
Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

V

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

**ARQUITETURA E
URBANISMO:
ABORDAGEM
ABRANGENTE E
POLIVALENTE 2**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 